

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE Nº **21.675.2016-80-TCE**

ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Sena Madureira

NATUREZA: **Inspeção – Apurar responsabilidade**

OBJETO: Apurar a responsabilidade pelo não cumprimento do item “3”, do Acórdão nº 9.176/2015/Plenário-TCE/AC, exarado nos autos do Processo nº 19.399.2014-70-TCE (Inspeção para verificação da existência de atos nulos e descumprimento de medidas disciplinadas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

RESPONSÁVEL: **José Raimundo de Souza da Silva – Prefeito à época.**

PROCURADOR:

RELATOR: **Cons. José Augusto Araújo de Faria**

## ACÓRDÃO Nº 10.551/2017

### PLENÁRIO

**EMENTA: Inspeção. Apurar Responsabilidade.** Prefeitura Municipal de Sena Madureira. **Por Maioria** nos termos do voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro. Pelo **Arquivamento do feito**, tendo em vista que o gestor já foi multado quando da análise da Prestação de Contas do exercício. **Vencido** o Conselheiro-Relator, que votou por observar que o gestor não apresentou nenhum documento que comprovasse o cumprimento do “item 3”, do Acórdão nº 9.176/2015/Plenário-TCE/AC, descumprindo a determinação desta Corte de Contas e, em face disso, aplicar-lhe a multa no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), com fulcro no inciso IV, do artigo 89, da LCE nº 38/93, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal. Notificar o Senhor José Raimundo de Souza da Silva – Prefeito à época, sobre a obrigação de comprovar perante esta Corte de Contas o recolhimento aos cofres públicos da quantia correspondente à multa que lhe foi cominada, tudo nos termos do art. 58, inciso III, alínea “a”, da LCE nº 38/93. Autorizar a cobrança judicial da dívida cominada ao gestor, caso não seja atendida a presente notificação, nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b”, da LCE nº 38/93.

**Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, nos termos do voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro:**

**1) Pelo arquivamento do presente feito**, em face do gestor já ter sido multado quando foi analisada a prestação de contas do exercício em análise. **2) Vencido o Conselheiro Relator que votou, por observar** que o gestor não apresentou nenhum documento que comprovasse o cumprimento do “item 3”, do **Acórdão nº 9.176/2015/Plenário-TCE/AC**, descumprindo a determinação desta Corte de Contas e, **em face disso, aplicar-lhe a multa** no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil,

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

quinhentos e setenta reais), com fulcro no inciso IV, do artigo 89, da LCE nº 38/93, **pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal;** 3) Notificar o Senhor **José Raimundo de Souza da Silva** – Prefeito à época, sobre a obrigação de comprovar perante esta Corte de Contas o recolhimento aos cofres públicos da quantia correspondente à multa que lhe foi cominada, tudo nos termos do art. 58, inciso III, alínea “a”, da LCE nº 38/93; 4) Autorizar a cobrança judicial da dívida cominada ao gestor, caso não seja atendida a presente notificação, nos termos do art. 58, inciso III, alínea “b”, da LCE nº 38/93.

Rio Branco – Acre, 09 de novembro de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**  
Voto Vencedor

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

**MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**  
Conselheira Substituta

Fui presente:

**MARIO SERGI NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador do MPE/TCE/AC